

Turismo cultural acessível em Brasília: um estudo para usuários de cadeira de rodas nos principais teatros da cidade

Accessible cultural tourism in Brasilia: a study for wheelchair users in the main theaters of the city

DONÁRIA COELHO DUARTE * [donaria@hotmail.com]

THAIZA SILVEIRA HONORATO ** [thaiza26@outlook.com]

Resumo | A acessibilidade é um tema importante inserido na inclusão social do turismo. O turismo cultural é um segmento que abarca inúmeros fatores, um deles é a visitação a monumentos culturais, como é o caso dos teatros. Este trabalho analisa a acessibilidade para usuários de cadeira de rodas nos principais teatros da cidade de Brasília. O objetivo é investigar como essas pessoas são recebidas nesses espaços, no que diz respeito ao acesso físico. A estudo tem caráter qualitativo, exploratório e descritivo, com a intenção de descrever e analisar os resultados obtidos a partir da aplicação do roteiro de observação nos teatros estudados. Percebeu-se que grande parte dos teatros de Brasília não possuem acessibilidade adequada para receber um visitante usuário de cadeira de rodas. Para que esse cenário mude, aconselha-se que os gestores conheçam a legislação vigente para adequar os espaços e busquem recursos para superar as dificuldades que atrapalham a sua implementação.

Palavra-chave | Turismo cultural, acessibilidade, teatros, usuários de cadeira de rodas, Brasília-DF

Abstract | Accessibility is an important subject inserted in the social inclusion of Tourism. Cultural Tourism is a segment that includes many factors, one of them is visiting cultural monuments, as is the case of theaters. This work analyzes accessibility for wheelchair users in the main Brasília theaters. The objective is to research how this people are received in those places, with regard to the physical access. The study has a qualitative, exploratory and descriptive research, with the intention of describing the results obtained from the observation script applied in the studied theaters. It was noticed that most of the analyzed theaters in Brasília do not have appropriate accessibility to receive a visitant who uses a wheelchair. For this scenario change, it is advised that managers know the current legislation to adapt these spaces and seek resources to overcome the difficulties that hinder its implementation.

Keywords | Cultural tourism, accessibility, theaters, wheelchair users, Brasília-DF

* **Doutora em Engenharia de Produção** pela Universidade Federal de Santa Catarina. **Professora** da Universidade de Brasília, atuando nas áreas de turismo acessível e turismo responsável

** **Graduada em Turismo** pelo Centro de Excelência em Turismo - Universidade de Brasília

1. Introdução

O turismo é um fenômeno consumido por muitos e possui inúmeras motivações. Porém, pessoas ainda encontram empecilhos para desfrutar da atividade. Como o turismo é feito por diferentes povos, de diferentes classes, raças, etnias e religião, torna-se necessário pensar em todos que consomem o serviço. Uma das dificuldades encontradas é a falta de acessibilidade em localidades turísticas.

A acessibilidade está relacionada à inclusão social e é importante para a prática do turismo em qualquer que seja o atrativo visitado, pois com ela se dá a possibilidade do turista com deficiência poder usufruir do serviço. Discutir a importância do turismo acessível é essencial no sentido de propor que se desenvolvam políticas públicas de inclusão para que o poder público e a iniciativa privada busquem maneiras de adaptar as localidades conforme as normas de acessibilidade, além da capacitação dos indivíduos que trabalham no ramo.

Os teatros são atrativos turísticos importantes que podem ser frequentados tanto pelo morador local quanto pelo turista com deficiência, sendo assim, deve haver um empenho para tornar esses estabelecimentos mais acessíveis para todos.

Como Brasília é uma cidade nova e planejada para ser a capital do Brasil, a questão da acessibilidade merece ser estudada no contexto da atividade cultural, sobretudo nos teatros. A cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Nasceu do projeto urbanístico de Lúcio Costa e arquiteto de Oscar Niemeyer para ser a nova capital do país. Com traços de modernidade, chama a atenção por seus aspectos urbanísticos (SETUR, 2018). Como uma cidade planejada, a sua infraestrutura deveria ser pensada no momento em que foi concebida de modo que oferecesse acesso apropriado a quem vive ou ao turista que a visita. No caso da acessibilidade para usuários de cadeira de rodas, as falhas de infraestrutura refletem no uso de calçadas irregulares, ausência de rampas, trans-

portes sem ou com pouca adaptação, falta de sinalização e ausência de alerta de desníveis em áreas onde circulam cadeira de rodas, frequentemente noticiados nos meios de comunicação. Isso tudo dificulta o trajeto destes indivíduos em direção a trabalho, escolas, faculdades, aos atrativos locais, etc. No caso das pessoas usuárias de cadeira de rodas, além de um plano urbanístico adequado, é preciso escutar as demandas destas pessoas para saber melhor quais medidas devem ser tomadas.

Desta forma, tendo em vista a importância da acessibilidade para indivíduos usuários de cadeira de rodas nos atrativos culturais da cidade, este trabalho tem como foco discutir o turismo cultural acessível em Brasília, mais especificamente apresentando a acessibilidade física para essas pessoas nos principais teatros da cidade.

2. O turismo cultural e a acessibilidade

O turismo cultural nem sempre está relacionado aos indivíduos que são motivados pela cultura. Ele também pode envolver a ida de turistas que estão vivenciando outros segmentos e aproveitam para experimentar algo relacionado ao turismo cultural no destino. O segmento envolve inúmeros fatores que levam pessoas a usufruí-lo nas localidades turísticas. Eventos culturais e visitação a monumentos que compõem o patrimônio histórico-cultural de cidades, regiões ou países são alguns dos elementos que influenciam nessa busca. É importante salientar que dentro do turismo cultural há ainda muitos sub segmentos, como o turismo arqueológico, cívico, religioso, gastronômico etc.

Para Cunha (2013 apud Marujo, 2014, pp. 4):

As relações entre turismo e cultura também podem ter um duplo sentido: Por um lado, existe o turismo como um ato cultural ou forma cultural, entendido como o investimento promo-

cional da cultura. Por outro, o turismo cultural que permite ao homem o acesso às formas de expressão cultural proporcionando, deste modo, o encontro das culturas pré-existentes e estabelecendo relações com os valores adquiridos, promovendo e negociando o acesso a essa cultura e transformando-a num produto.

Segundo Braga e Kiyotani (2015, pp. 257):

O turismo cultural por sua vez é uma prática comum a outras modalidades turísticas, tem ligação direta com o patrimônio material e imaterial dos lugares, valoriza o estilo de vida do residente e seus costumes, destaca a importância da preservação dos atrativos, um formato de turismo que agrega valor não apenas às belezas naturais, mas ao conjunto das informações construídas ao longo do tempo, onde a memória contida nos atrativos possui grande importância e é o potencial a ser explorado nesta modalidade de prática turística.

Ponderando o que os autores Braga e Kiyotin consideram sobre turismo cultural, infere-se que o mesmo é verificado além da relação que o segmento tem com as expressões e tradições culturais que determinado grupo carrega. O turismo cultural seria uma forma de enaltecer a cultura local existente, sendo fundamental para a sua memória e usado também para preservar o que existe de mais valioso, e ainda para usar isto a seu favor ao fazer a promoção do turismo nas localidades.

Segundo Nascimento (2014, pp. 17):

O turismo cultural tem a finalidade de conhecer a geografia histórica, os monumentos, as obras e outros bens culturais que a cidade oferece, mas também tem o objetivo crucial de des-

frutar dos recursos e das atratividades oferecidos pela localidade. Todos eles, direta ou indiretamente, contribuem para o reconhecimento do valor patrimonial da cidade no todo.

Dentre esse grupo de turistas que almejam cultura estão os que possuem deficiência, que não podem ser privadas de aproveitarem a atividade turística, dentre essas o turismo cultural. Nesse sentido, a oferta turística deve dispor de serviços e equipamentos adaptados à necessidade das pessoas com deficiência. Além do mais, capacitar pessoas que trabalham no setor turístico também é primordial, isso não é uma tarefa fácil, mas necessária. O turismo para ser acessível deve atingir todos os indivíduos, independente do tipo de deficiência que uma pessoa possui, seja ela física, mental, auditiva, visual etc.

A acessibilidade no turismo tem como vertente principal postular que o indivíduo com deficiência não seja visto como um “coitado”, e sim, que tenha o direito e o dever de desfrutar da atividade turística como outra pessoa que não possui deficiência (Borda & Duarte, 2013).

De acordo com Ferreira (2016, pp. 24):

O turismo deve ser acessível para todos, pois todos têm o direito de usufruir das muitas maravilhas que o turismo tem para oferecer. É certo que muitas pessoas se sentem condicionadas para praticar turismo e isto acontece porque estas pessoas estão preparadas para o turismo, mas o turismo não está preparado para estas pessoas.

A autora apontada na citação anterior pondera que todas as pessoas que encontram barreiras, mas desejam fazer turismo tem o direito de gozar do que a atividade oferece. Porém, ao mesmo tempo em que elas estão prontas para aproveitar o turismo, há entraves que as impedem de praticar, já que o turismo não está pronto para recebê-las. Tomando isso como base ao associar com o turismo

acessível para usuários de cadeira de rodas, este turista pode encontrar contratempos para praticar a atividade por não haver destinos adequados as suas necessidades que possibilitem que ele saia do seu lugar habitual com segurança e autonomia.

Sob este aspecto, Aclaneto (2014, pp. 52):

O turismo acessível, torna o destino acessível a qualquer cidadão, contribuindo para o aumento da qualidade da oferta do destino. Pressupõe total acessibilidade de forma a garantir o acesso ao usufruto de produtos, serviços e ambientes turísticos de forma independente e com equidade e dignidade.

O turismo acessível é um potencializador para a inclusão social, conforme abordam Duarte, Borda, Moura e Spezia (2015, p. 539):

O turismo acessível, mais especificamente, surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados. Ainda nesse sentido, o setor turístico destaca-se, tendo em vista que viajar é uma atividade que gera resultados positivos para o psicológico, emocional, físico e o bem estar dessas pessoas.

Santos e Duarte (2017) consideram que a invisibilidade da pessoa com deficiência continua presente e que a mudança é um processo lento que exige uma nova postura atitudinal, a mais restritiva de todas as barreiras impostas na sociedade. Para as autoras, é necessário o empoderamento dessas pessoas dos seus direitos para que possam usufruir de todos os espaços.

Para que o turismo acessível seja inclusivo, Felizardo Jr., Troccoli e Scatolino (2018) enfatizam

a importância da coprodução na prestação de serviços acessíveis. Nesse processo, os prestadores de serviço transcendem os seus papéis assumindo uma maior responsabilidade em garantir um ambiente interativo que permitam as pessoas com deficiência superarem suas limitações e tenham uma experiência otimizada, apesar da sua dependência. Para os autores, esse fenômeno leva a co-criação de valor que é benéfico para ambas as partes e permite um feedback contínuo.

Michopoulou, Darcy, Ambrose e Buhalis (2015) corroboram com esta abordagem, pois enfatizam a necessidade de uma abordagem colaborativa entre os stakeholders que seja identificada como a chave de tema comum para desenvolver soluções de turismo acessível, reconhecendo o seu valor de mercado e capitalizando-o. Para os autores, é necessária uma abordagem colaborativa para reconhecer a natureza complementar de diferentes paradigmas, para remodelar e transformar o futuro da indústria do turismo acessível.

Nesse processo, é necessário superar as barreiras que inviabilizam o turismo acessível. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) define barreira como:

qualquer entrave, obstáculo ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício dos seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança.

Especificamente no turismo, Eichhorn e Buhalis (2011) mencionam os seguintes tipos de barreiras para podem dificultar o acesso ao serviço de forma plena:

- acesso físico: que incluem transporte inacessível, atrações e acomodações inacessíveis, o que leva a opressão do ambiente construído;

- barreiras atitudinais: que se dividem em atitudes pessoais (se referem a crenças e opiniões que os indivíduos possuem em relação a certos objetos) e sociais (atitudes difundidas mantidas pela sociedade em geral);
- falta de informação: incapacidade de fornecer informações às pessoas com deficiência informações corretas e confiáveis.

Analisando as barreiras anteriormente elencadas, percebe-se as mesmas dificultam ou até mesmo inviabilizam o usufruto dos serviços turísticos pelas pessoas com deficiência. Tal fato pode inviabilizar não somente o turismo para essas pessoas, mas também para aqueles próximos como familiares e amigos, impactando o seu efeito multiplicador.

Ainda sobre as barreiras que dificultam ou impedem a acessibilidade, Michopoulou et al (2015, p. 183) afirmam que:

práticas passadas e atuais de design levam a muitas formas de discriminação às pessoas com deficiência. O design inadequado impede o acesso a bens e serviços e as principais áreas de participação social, como viagens, trabalho e participação plena na vida civil, social e cultural da maioria das pessoas com deficiência. Isso reduz sua independência, dignidade, equidade e autodeterminação, dando origem a concepção errada de que as pessoas com deficiência não podem viajar sozinhas.

Tendo como base a citação anterior, entende-se que as barreiras físicas, foco deste artigo, impedem o acesso das pessoas com deficiência aos atrativos turísticos, inviabilizando o seu acesso à cultura e, sobretudo, ao exercício de cidadania. Neste sentido, quebrar essas barreiras físicas se torna primordial para que haja um turismo, de fato, acessível e que seja realmente para todos.

3. Metodologia

Este trabalho propõe fazer uma análise sobre a acessibilidade física para pessoas usuárias de cadeira de rodas nos principais teatros de Brasília. A escolha desse segmento se deu devido a escassez de estudos que aliem a temática turismo acessível ao turismo cultural, sendo este último uma importante vertente para a cidade de Brasília. Foi aplicado o método dedutivo, pois esta pesquisa se pautou em fazer uma revisão literária sobre os temas turismo cultural e o turismo acessível que, aliada a pesquisa de caráter documental, buscou analisar como estava a acessibilidade física nos principais teatros de Brasília para usuários de cadeira de rodas.

No que se refere aos objetivos, este trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa exploratória, pois houve preocupação em se aprofundar no tema pesquisado. Foi aplicada a pesquisa descritiva na busca de descrever os resultados obtidos nos teatros investigados em Brasília. Para avaliação da acessibilidade dos teatros foco de estudo, foram feitos registros fotográficos que foram analisados a luz da abordagem qualitativa, por meio de uma análise comparativa entre os dados coletados em confronto com a norma de acessibilidade ABNT 9050/2015 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei no. 13.146/2015).

O roteiro de observação aplicado nos teatros foi baseado e adaptado do material do Ministério do Turismo chamado Turismo Acessível – Mapeamento de Planejamento Acessibilidade em Destinos Turísticos publicado em 2009 e da 1ª edição do Manual de Acessibilidade para Prédios Públicos – Guia para Gestores, publicado em julho de 2015 pelo já extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O roteiro de observação consistia em verificar se havia ou não adaptações para usuários de cadeira de rodas nas instalações dos teatros. Caso houvesse, se estavam ou não de acordo com as normas da ABNT publicadas em 2015. Os critérios analisados foram: estaciona-

mento, rampas, portas nos sanitários, localização e nível de acessibilidade dos banheiros públicos do teatro, recepção e a área interna dos teatros.

Os teatros mapeados foram: o Teatro dos Bancários, Teatro Pedro Calmon, Funarte-Teatro Plínio Marcos, Teatro Marista, Teatro Dulcina, Teatro Sarah Kubitschek, Teatro UNIP, Teatro Goldoni, Teatro Royal Tulip, Teatro Sesc Silvio Barbato e o Teatro Sesc Garagem. O critério para a escolha desses teatros se deu por meio de um levantamento feito pelo site TripAdvisor (www.tripadvisor.com.br), onde os teatros selecionados foram aqueles que apresentaram maior avaliação (a partir da nota 4).

Cabe ressaltar que os teatros Sesc Silvio Barbato e dos Bancários não aceitaram ceder imagens. Os teatros Marista, UNIP e Sarah Kubitschek não puderam ser analisados, pois não aceitaram conceder informações. O Teatro Nacional Claudio Santoro infelizmente não pôde fazer parte deste estudo, devido ao seu fechamento ocorrido em janeiro de 2014. Portanto, dos onze teatros mapeados inicialmente, fez-se a pesquisa em oito teatros devidos aos motivos expostos anteriormente.

4. Análise de dados

A análise dos teatros estudados se deu por meio da aplicação de um roteiro de observação, que se pautou nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050:2015. Essa estabelece normas sobre acessibilidade a edifica-

ções mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Cabe ressaltar que os itens observados foram estacionamento, rampas, sanitários, recepção e a área interior dos teatros.

A primeira parte observada nos teatros foi o estacionamento. Os Teatros Dulcina e Plínio Marcos não possuem estacionamento próprio, eles utilizam as vagas que ficam na rua. Desta forma, não serão incluídas imagens do estacionamento usado por estes Teatros. O Teatro Royal Tulip também não tem estacionamento próprio, já que o mesmo está localizado dentro do complexo Royal Tulip, o espaço também utiliza as vagas que ficam dentro da área. Os responsáveis por administrar o complexo do Royal Tulip não autorizaram os registros de fotos das partes do estacionamento usadas pelo Teatro Royal Tulip. Percebeu-se que nenhum teatro cumpre o padrão exigido pela norma 9050:2015 da ABNT.

Um exemplo é o estacionamento do Teatro Pedro Calmon, onde a vaga reservada ao deficiente está próxima à entrada, a distância da vaga até um local acessível possui menos de 50 metros, mas no estacionamento não tem um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastada da faixa de travessia de pedestres com a marcação na cor amarela, conforme é apresentado na figura 1.

Analisando os dados coletados, no quesito estacionamento, constata-se que nenhum dos teatros pesquisados não contribuem para o aumento da qualidade da oferta do destino, conforme preconiza Aclaneto (2014).



Figura 1 | Estacionamento do Teatro Pedro Calmon
Fonte: Elaboração própria

O segundo item observado nos teatros foram as rampas. Caso existentes, foi observada a sua localização e se elas possuíam largura mínima de 0,90 e corrimão de duas alturas em cada lado medindo 0,92 e 0,70 do piso, conforme estabelece a norma 9050:2015 da ABNT. Nesse quesito, apenas o Teatro Pedro Calmon segue as exigências estabelecidas pela norma. Nele, há três rampas. Logo na entrada, há duas. Uma depois da faixa de pedestre e outra na entrada para o Teatro, conforme

mostra a figura 2. No auditório também tem uma rampa do lado direito com largura mínima de 0,90 e altura de 0,92 e 0,70 do piso, seguindo a norma 9050:2015 da ABNT, como exibida na figura 3.

Analisando os dados coletados, no quesito rampas, observa-se que apenas um teatro atende as normas de ABNT e, portanto, permite o acesso a todos, com ou sem deficiência, conforme enfatiza Ferreira (2016).



Figura 2 | Rampa externa do Teatro Pedro Calmon
Fonte: Elaboração própria



Figura 3 | Rampa interna do Teatro Pedro Calmon
Fonte: Elaboração própria

No item sanitários foi observado se os Teatros pesquisados possuíam portas de fácil abertura e se as mesmas tinham barras horizontal do lado oposto de abertura com largura mínima de 0,90 cm, se havia como fazer um giro de 360° com a cadeira de rodas, lavatórios com menos de 1 m, piso antiderrapante, barras de apoio e se essas estariam posicionadas em uma altura adequada de 0,75 m

do piso.

No Teatro Pedro Calmon há um sanitário acessível próximo à entrada do teatro que é utilizado tanto pelo gênero feminino quanto pelo masculino. É um sanitário que segue o padrão estabelecido pela norma NBR 9050:2015 da ABNT, como mostra a figura 4.



Figura 4 | Sanitário adaptado do Teatro Pedro Calmon
Fonte: Elaboração própria

Na figura 5, nota-se que no sanitário do Teatro Goldoni não há absolutamente nada acessível, conforme a norma NBR 9050:2015 da ABNT preconiza. Outra observação feita é que eles estão

localizados na frente do auditório, no entanto o acesso ao mesmo se dá somente por meio de escadas.



Figura 5 | Sanitário sem adaptação do Teatro Goldoni
Fonte: Elaboração própria

Tendo como base a observação feita neste Teatro, constata-se que o mesmo apresenta instalações inadequadas que configuram em barreiras que impedem o acesso a participação social por meio da cultura por aqueles que possuem deficiência,

conforme abordado por Michopoulou et al (2015).

No item recepção foi verificado se nos espaços teatrais haviam balcões destinados a atendimento ao público, se estes eram baixos ou altos, se havia telefone e móveis em altura adequada para usuá-

rios de cadeira de rodas e bebedouros adaptados, todos esses itens de acordo com a norma NRB 9050:2015 da ABNT. Nesse quesito, percebeu-se nenhum teatro possui balcão, bilheteria, móveis e nem telefones com altura adequada para atender um indivíduo usuário de cadeira de rodas. Em relação ao último elemento citado - telefones, é importante salientar que apesar da norma 9050:2015 da ABNT preconizar que devem existir, eles estão cada vez mais escassos nos locais públicos. Quanto

aos bebedouros, apenas os Teatros Pedro Calmon e Plínio Marcos seguem o que é exigido pela norma da ABNT.

Na recepção do Teatro Goldoni não há telefones, móveis e nem bebedouros adaptados para usuários de cadeira de rodas e a bilheteria fica próxima a entrada como mostra a figura 6. Porém, não segue o padrão exigido pela norma NRB 9050:2015 da ABNT. A figura 7 exhibe a bilheteria. No estabelecimento é vendido água.



Figura 6 | Entrada do Teatro Goldoni
Fonte: Elaboração própria



Figura 7 | Bilheteria do Teatro Goldoni
Fonte: Elaboração própria

O bebedouro do Teatro Pedro Calmon apresenta as duas medidas exigidas pela norma NRB 9050:2015 da ABNT, conforme mostra a figura 8.

No Teatro Royal Tulip não existe bebedouro,

há uma área destinada à compra de alimentos e bebidas, localizada próxima ao palco, como mostra a figura 9.



Figura 8 | Bebedouro com adaptação do teatro Pedro Calmon
Fonte: Elaboração própria

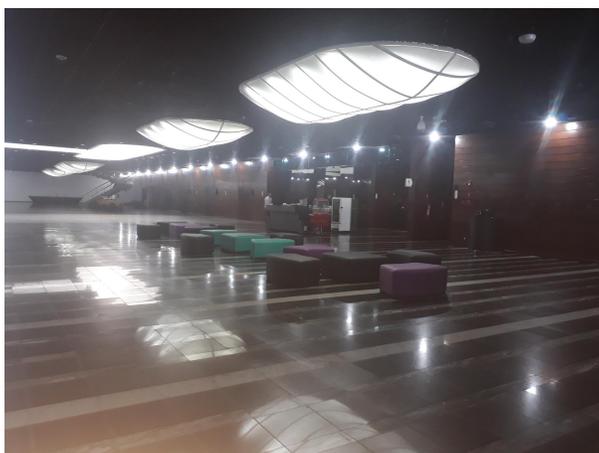


Figura 9 | Área destinada à venda de alimentos e bebidas do Teatro Royal Tulip
Fonte: Elaboração própria

No quesito área interior dos teatros foi observado se havia degraus sinalizados, presença de faixas antiderrapantes, alerta visual de desnível, elevadores, vagas reservadas no público para pessoas com deficiência, o tipo de acesso para o auditório, se existia catraca ou cancela e, em caso de existência de portas giratórias, se havia uma entrada alternativa para o usuário de cadeira de rodas.

Percebeu-se que em nenhum teatro havia faixas antiderrapantes, alerta visual de desnível, catraca, cancela e porta giratória. Apenas no Teatro Pedro Calmon havia a presença de degraus sinalizados. Os Teatros Royal Tulip e Dulcina possuem elevador, porém no caso do último teatro citado,

ele não costuma funcionar com frequência. No Teatro Sesc Garagem, o acesso do usuário de cadeira de rodas ao espaço, de maneira geral, se dá pelo elevador existente na unidade do Sesc, onde o teatro está localizado. No Teatro Goldoni o acesso ao auditório se dá por escadas. Nos Teatros Pedro Calmon e Plínio Marcos, o auditório é acessível por rampa.

No auditório do Teatro Dulcina, não há vagas reservadas ao usuário de cadeira de rodas, como determina a lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, de acordo com a capacidade de lotação do local, como exibe a figura 10.

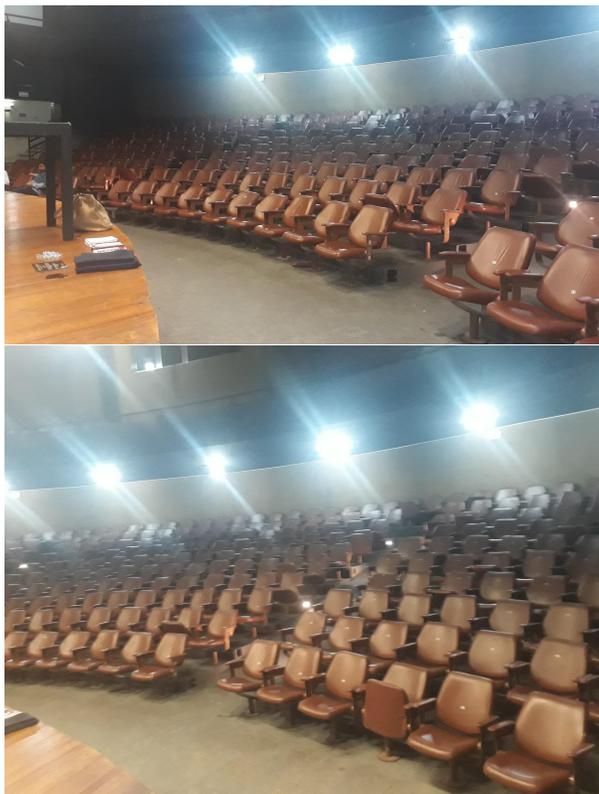


Figura 10 | Auditório do Teatro Dulcina
Fonte: Elaboração própria

Analisando a figura 10 constata-se que o Teatro Dulcina apresenta barreiras físicas que impedem o direito da pessoa com deficiência de ir e vir e de desfrutar da atividade turística, no caso cultural, como outra pessoa que não possui deficiência, conforme enfatizam Borda e Duarte (2013).

No que diz respeito à marcação de vagas para deficientes nos auditórios dos teatros, de acordo com a capacidade desses espaços, apenas o Teatro Pedro Calmon segue o que é estabelecido pela lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, conforme exibido pelas figuras 11 e 12.

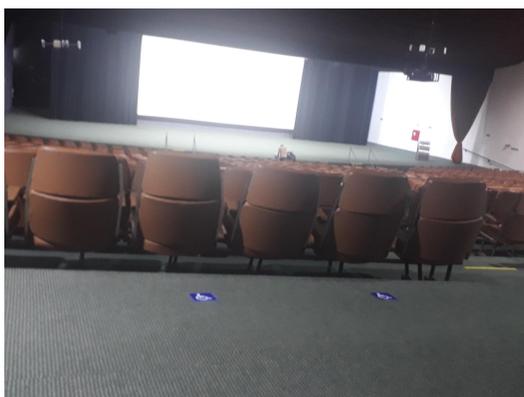


Figura 11 | Vagas reservadas no auditório do Teatro Pedro Calmon
Fonte: Elaboração própria

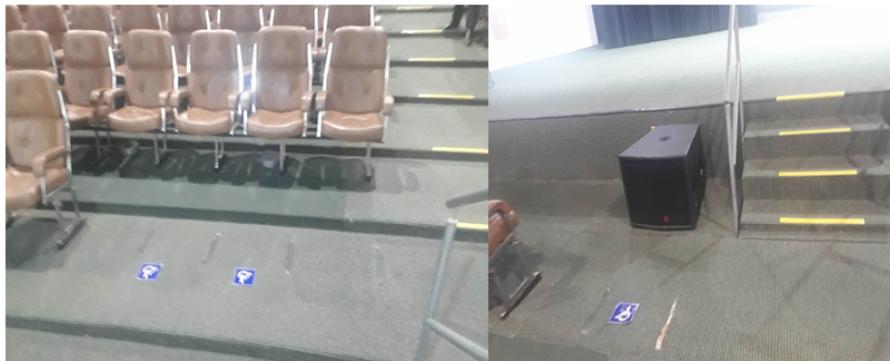


Figura 12 | Vaga reservadas no auditório do Teatro Pedro Calmon
Fonte: Elaboração própria

No auditório Teatro Goldoni não há assentos destinados a pessoas com deficiência, como é exibido na figura 13.

Analisando o Teatro em questão, observa-se que o mesmo apresenta barreiras físicas por meio

de acomodações inacessíveis, o que leva a opressão do ambiente construído, conforme preconizado por Eichhorn e Buhalis (2011).



Figura 13 | Palco do Teatro Goldoni
Fonte: Elaboração própria

Em linhas gerais, tendo como base a coleta de dados realizada, constata-se a pouca acessibilidade física dos teatros investigados para usuários de cadeira de rodas, o que repercute no impacto da inclusão dessas pessoas no turismo cultural. Infelizmente, verifica-se que esse segmento não é visualizado pelos teatros investigados como um público consumidor dos seus serviços. Todavia, reforça-se que tais pessoas devem exercer o seu direito de ir e vir de forma independente e segura, como

qualquer outra pessoa que não possua deficiência. Esses dados negativos para Brasília são extremamente prejudiciais já que a cidade possui uma forte vocação para a cultura, cultura essa que se mostrou excludente.

5. Considerações finais

Esta pesquisa propôs analisar a acessibilidade física para pessoas usuárias de cadeiras de rodas nos teatros de Brasília. Para tanto, elaborou-se um referencial teórico sobre turismo cultural e turismo acessível, seguida da realização de uma pesquisa de campo por meio da aplicação de um roteiro de observação nos principais teatros da cidade.

A pesquisa de campo apontou que há vários aspectos referente a acessibilidade que precisam melhorar nos teatros observados. Conclui-se que há pouquíssimos teatros aptos para receber uma pessoa usuária de cadeira de rodas. O teatro que está mais adaptado é o Teatro Pedro Calmon. Os teatros menos adaptados são os Teatros Goldoni, Dulcina e o Sesc Garagem.

Com o resultado da análise de dados, percebeu-se que há muito que fazer para que os locais ofereçam uma acessibilidade apropriada às necessidades da pessoa usuária de cadeira de rodas. Dentre esses, citam-se:

- No estacionamento é preciso que os teatros se adequem conforme o padrão estabelecido pela norma 9050:2015 da ABNT;
- As rampas não existiam em muitos teatros e nos espaços que as tinham, algumas não estavam nas medidas exigidas;
- Os sanitários na maioria dos espaços também não seguem o que é disposto na norma 9050:2015 da ABNT;
- A recepção dos teatros não estava adequada para o usuário de cadeira de rodas, pois não atendiam a norma da ABNT;
- No interior dos teatros não haviam elevadores, alerta visual de desnível, degraus sinalizados e vagas reservadas para pessoas com deficiência em seus auditórios.

Em linhas gerais, a partir da análise feita nos principais teatros de Brasília, foi concluído que a

cidade não possui muitos teatros preparados para receber um usuário de cadeira de rodas. Contextualizando a acessibilidade da cidade de Brasília, nota-se que, apesar de ser uma cidade jovem e planejada para ser a capital do país com legado de modernidade, não teve a acessibilidade pensada na sua concepção, sendo adaptada com o passar dos anos, conforme o crescimento da população e as exigências das leis e normas de acessibilidade. Percebeu-se que muitos dos teatros investigados o que existe de acessibilidade é o que há desde o momento que foram planejados e desde então não sofreram modificações. Já em outros, as reformas foram ocorrendo com o passar do tempo. Cabe enfatizar que nos dois casos citados anteriormente, as adequações de acessibilidade devem acompanhar a legislação e as normas que tratam sobre o tema, primando sempre em espaços que possam ser usufruídos por todos, com ou sem deficiência.

Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - NBR 9050 (2015). *Acessibilidade a edificações mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. (3ª edição), 2015. Disponível em: [https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_164.pdf](https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_164.pdf). Acesso em 12 maio de 2019.
- Aclaneto, S. C. (2014). *Turismo Acessível - Criação de um circuito turístico para a população com deficiência visual, na cidade de Braga*. Dissertação de mestrado em Patrimônio e Turismo Cultural, Universidade do Ninho, p.1-224.
- Braga, M. V. F., & Kiyotani, I. B. (2015). A cachaça como patrimônio: turismo cultura e sabor. *Revista de Turismo Contemporâneo, Natal*, 3(2), p. 254-275, jul./dez.
- Brasil (2015). *Lei Brasileira de Inclusão*. Lei n.º 13.146/2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília-DF, p.1/96.
- Brasil (2015). Ministério de planejamento. *Manual de acessibilidade para prédios públicos – Guia para gestores*, 1ª edição, julho, p.1/84.
- Brasil (2009). Ministério do Turismo. *Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos*

- Destinos Turísticos*. Volume II. Brasília: Ministério do Turismo, p.1/52.
- Cunha, L. (2013). *Economia e política do turismo*. Lisboa, Lidel.
- Duarte, D. C., & Borda, G. Z. (2013). Acessibilidade e sustentabilidade: a experiência da hotelaria de Brasília. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 7(3), p. 365-383.
- Duarte, D. C, Borda, G. Z, Moura, D. G. & Spezia, D. S. (2015). Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 9(3), 537-553.
- Eichhorn, V. & Buhalis, D. (2011). Accessibility – a key objective for the tourism industry. In Buhalis, D. & Darcy, S. (Eds.). *Accessible tourism: concepts and issues*. Bristol: Channel View Publications.
- Felizardo Jr., N. A., Troccoli, I. R. & Scatulino, P. L. S. (2018). Forgotten customers, inclusive customers: personal values and coproduction of physically disabled persons in leisure consumption. *Tourism & Management Studies*, 14(3), 75-84.
- Ferreira, J. M. C. (2016). *Acessibilidade no turismo ativo: Análise exploratória do Parque Nacional da Peneda Gerês*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Universidade de Coimbra, p.1-82.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Ed. São Paulo, Atlas.
- Maraujo, N. (2014). A cultura, o turismo e o turista: que relação? *TUR Y DES. Revista de investigación em turismo y desarrollo local*. Vol 7, n. 16, p.01-12, junho/junho.
- Michopoulou, E., Darcy, S., Ambrose, I. & Buhalis, D. (2015). Accessible tourism futures: the world we dream to live in and the opportunities we hope to have. *Journal of Tourism Futures*, 1(3), 179-188.
- Nascimento, N. N. (2014). *Turismo cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional -TO*
- Santos, K. & Duarte, D. C. (2017). A acessibilidade em lugares históricos: um estudo no Centro Histórico de São Luís – MA. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 27/28(1), 349-362. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8435>
- Secretaria de Turismo - SETUR. (2018). *Sobre a cidade*. Disponível em: <http://www.turismo.df.gov.br/historia-da-cidade/>. Acesso em: 30 de junho de 2019.